

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Relatório do auditor independente

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Demonstrações contábeis
Em 31 de dezembro de 2020

Conteúdo

Relatório do auditor independente sobre as demonstrações contábeis

Balanços patrimoniais

Demonstrações do resultado

Demonstrações do resultado abrangente

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido

Demonstrações dos fluxos de caixa

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis



RELATÓRIO DO AUDITOR INDEPENDENTE SOBRE AS DEMONSTRAÇÕES CONTÁBEIS

Aos
Administradores e Associados do
Jaraguá Country Club
Belo Horizonte - MG

Opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Examinamos as demonstrações contábeis do Jaraguá Country Club ("Entidade"), que compreendem o balanço patrimonial em 31 de dezembro de 2020 e as respectivas demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, bem como as correspondentes notas explicativas, incluindo o resumo das principais políticas contábeis.

Em nossa opinião, exceto pelos efeitos do assunto descrito na seção a seguir intitulada "Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis", as demonstrações contábeis acima referidas apresentam adequadamente, em todos os aspectos relevantes, a posição patrimonial e financeira do Jaraguá Country Club em 31 de dezembro de 2020, o desempenho de suas operações e os seus fluxos de caixa para o exercício findo nessa data, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - R1 - Entidades sem finalidade de lucros).

Base para opinião com ressalva sobre as demonstrações contábeis

Limitação - Ativo Imobilizado

Conforme mencionado na Nota Explicativa nº 7 às demonstrações contábeis, a Entidade possui registrado na Rubrica "Imobilizado" o montante de R\$ 53.264.662 em 31 de dezembro de 2020. Entretanto, no exercício de 2017 a Entidade registrou no ativo imobilizado, grupo "Terreno" o montante de R\$ 30.339.105, com base em laudo de avaliação patrimonial elaborado pela empresa especializada para avaliação de ativos. Referido registro do custo atribuído (deemed cost), poderia a critério da Entidade, ser aplicado apenas e tão somente na adoção inicial (1º de janeiro 2009) para aplicação da adoção completa do CPC PME (NBC TG 1000 de 10 de dezembro de 2009) ou no caso para entidade sem finalidade de lucro (1º de janeiro de 2012) nos termos da Interpretação ITG 2002 (R1) - Entidade sem Finalidade de Lucro. Consequentemente, em 31 de dezembro de 2020, o Ativo e Patrimônio Líquido estão a maior no referido valor.

Adicionalmente, a Administração da Entidade não elaborou estudo específico quanto à análise periódica de recuperação dos valores registrados no ativo imobilizado ("impairment"), conforme exigido pelas práticas contábeis adotadas no Brasil, como requerido pelo CPC 01 - "Redução ao Valor Recuperável de Ativos". Foram também consideradas as taxas de depreciação admitidas pela legislação fiscal, sem a revisão da estimativa de prazo de vida útil econômica dos bens em função das expectativas de prazos de benefícios econômicos futuros, nem a determinação do valor residual e valor recuperável, de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, por meio do CPC 27 - "Ativo Imobilizado". Desta forma, em que pese termos conseguido validar as principais adições e baixas do período auditado, verificando a documentação suporte e correta contabilização, torna-se inviável aplicar procedimentos alternativos para formar e emitir opinião, como de fato não estamos emitindo, sobre os saldos do ativo imobilizado, das despesas de depreciação e da depreciação acumulada para o exercício findo em 31 de dezembro de 2020.

Outros assuntos

Auditoria dos valores correspondentes ao exercício anterior

As demonstrações contábeis do exercício findo em 31 de dezembro de 2019 que compreendem as demonstrações do resultado, do resultado abrangente, das mutações do patrimônio líquido e dos fluxos de caixa, apresentadas para fins de comparação, foram examinadas por outros auditores independentes, que emitiram relatório de auditoria datado de 27 de fevereiro de 2020, com modificação.

Responsabilidades da Administração e da governança pelas demonstrações contábeis

A Administração é responsável pela elaboração e adequada apresentação das demonstrações contábeis de acordo com as práticas contábeis adotadas no Brasil, aplicáveis às entidades sem finalidade de lucro (ITG 2002 - R1 - Entidades sem finalidade de lucros) e pelos controles internos que ela determinou como necessários para permitir a elaboração de demonstrações contábeis livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro.

Na elaboração das demonstrações contábeis, a Administração é responsável pela avaliação da capacidade de a Entidade continuar operando, divulgando, quando aplicável, os assuntos relacionados com a sua continuidade operacional e o uso dessa base contábil na elaboração das demonstrações contábeis, a não ser que a Administração pretenda liquidar a Entidade ou cessar suas operações, ou não tenha nenhuma alternativa realista para evitar o encerramento das operações.

Os responsáveis pela governança da Entidade são aqueles com responsabilidade pela supervisão do processo de elaboração das demonstrações contábeis.

Responsabilidades do auditor pela auditoria das demonstrações contábeis

Nossos objetivos são obter segurança razoável de que as demonstrações contábeis, tomadas em conjunto, estão livres de distorção relevante, independentemente se causada por fraude ou erro, e emitir relatório de auditoria contendo nossa opinião. Segurança razoável é um alto nível de segurança, mas não uma garantia de que a auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria sempre detectam as eventuais distorções relevantes existentes. As distorções podem ser decorrentes de fraude ou erro e são consideradas relevantes quando, individualmente ou em conjunto, possam influenciar, dentro de uma perspectiva razoável, as decisões econômicas dos usuários tomadas com base nas referidas demonstrações contábeis.

Como parte da auditoria realizada de acordo com as normas brasileiras e internacionais de auditoria, exercemos julgamento profissional e mantemos ceticismo profissional ao longo da auditoria. Além disso:

- Identificamos e avaliamos os riscos de distorção relevante nas demonstrações contábeis, independentemente se causada por fraude ou erro, planejamos e executamos procedimentos de auditoria em resposta a tais riscos, bem como obtemos evidência de auditoria apropriada e suficiente para fundamentar nossa opinião. O risco de não detecção de distorção relevante resultante de fraude é maior do que o proveniente de erro, já que a fraude pode envolver o ato de burlar os controles internos, conluio, falsificação, omissão ou representações falsas intencionais;
- Obtemos entendimento dos controles internos relevantes para a auditoria para planejamos procedimentos de auditoria apropriados às circunstâncias, mas não com o objetivo de expressarmos opinião sobre a eficácia dos controles internos da Entidade;





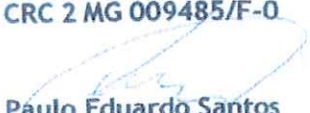
- Avaliamos a adequação das políticas contábeis utilizadas e a razoabilidade das estimativas contábeis e respectivas divulgações feitas pela Administração;
- Concluímos sobre a adequação do uso, pela Administração, da base contábil de continuidade operacional e, com base nas evidências de auditoria obtidas, se existe incerteza relevante em relação a eventos ou condições que possam levantar dúvida significativa em relação à capacidade de continuidade operacional da Entidade;
- Se concluímos que existe incerteza relevante, devemos chamar atenção em nosso relatório de auditoria para as respectivas divulgações nas demonstrações contábeis ou incluir modificação em nossa opinião, se as divulgações forem inadequadas. Nossas conclusões estão fundamentadas nas evidências de auditoria obtidas até a data de nosso relatório. Todavia, eventos ou condições futuras podem levar a Entidade a não mais se manter em continuidade operacional;
- Avaliamos a apresentação geral, a estrutura e o conteúdo das demonstrações contábeis, inclusive as divulgações e se as demonstrações contábeis representam as correspondentes transações e os eventos de maneira compatível com o objetivo de apresentação adequada.

Comunicamo-nos com os responsáveis pela governança a respeito, entre outros aspectos, do alcance planejado, da época da auditoria e das constatações significativas de auditoria, inclusive as eventuais deficiências significativas nos controles internos que identificamos durante nossos trabalhos.

Belo Horizonte, 23 de abril de 2021.



BDO RCS Auditores Independentes SS
CRC 2 MG 009485/F-0


Paulo Eduardo Santos
Contador CRC 1 MG 078750/O-3



JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Balancos patrimoniais
Em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais)

Ativo	2020		2019		Nota	2020		2019	
	Nota								
Circulante									
Caixa e equivalentes de caixa	4	3.558.281	2.018.196		-	238.051	426.560		
Contas a receber	5	1.052.260	401.827		9	663.935	911.464		
Estoques	-	673	673		10	111.250	98.926		
Outros ativos circulantes	6	48.285	27.053		11	96.937	83.787		
		4.659.499	2.447.749			1.110.173	1.520.737		
Não circulante									
Depósitos judiciais	-	61.693	51.522		12	171.630	89.860		
Investimentos	-	1.000	-		10	1.098.431	1.169.342		
Imobilizado	7	53.264.662	53.731.457		11	141.503	221.587		
Intangível	8	365.537	459.009		13	676.271	436.158		
		53.692.892	54.241.988			2.087.835	1.916.947		
Total do ativo		58.352.391	56.689.737			58.352.391	56.689.737		
Passivo e patrimônio líquido									
Circulante									
Fornecedores									
Obrigações sociais e trabalhistas									
Obrigações tributárias									
Outros passivos circulantes									
Não circulante									
Recebimentos antecipados									
Obrigações tributárias									
Outros passivos não circulantes									
Provisão para contingências									
Patrimônio líquido									
Patrimônio social									
Ajustes de Avaliação Patrimonial									
Superávits acumulados									
Total do passivo e patrimônio líquido		58.352.391	56.689.737			58.352.391	56.689.737		

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



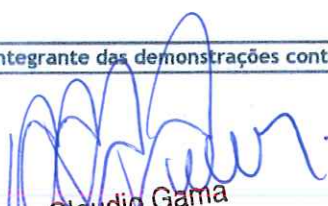
Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Demonstrações do resultado Em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

	Nota	2020	2019
Recursos operacionais de sócios			
Contribuições condominiais		15.424.059	16.294.756
Recursos de serviços		539.861	1.790.186
		<u>15.963.920</u>	<u>18.084.942</u>
Recursos operacionais de não sócios			
Taxa de utilização de espaços		68.718	504.413
Marketing e comunicação		26.610	158.408
Promoções sociais e esportivas		294.301	1.129.158
		<u>389.629</u>	<u>1.791.979</u>
		<u>16.353.549</u>	<u>19.876.921</u>
Receitas de contribuições e serviços			
Receitas e Despesas operacionais			
Despesas com pessoal	15	(8.010.890)	(10.595.157)
Despesas administrativas	16	(2.335.283)	(2.446.815)
Despesas manutenção		(721.156)	(1.077.302)
Despesas de impostos e taxas		(246.710)	(271.752)
Despesas de serviços		(942.935)	(1.502.853)
Depreciação e amortização		(1.068.549)	(941.250)
Despesas atividades recreativas	17	(617.343)	(2.428.257)
Despesas com provisões		(440.113)	-
Outras receitas (Despesas) operacionais	18	10.888	272.214
		<u>(14.372.091)</u>	<u>(18.991.172)</u>
		<u>1.981.458</u>	<u>885.749</u>
Resultado operacional antes das receitas/(despesas) financeiras, líquidas			
Receitas financeiras		132.320	294.531
Despesas financeiras		(211.448)	(223.662)
Despesas/(receitas) financeiras líquidas		<u>(79.128)</u>	<u>70.869</u>
		<u>1.902.330</u>	<u>956.618</u>
Superávit do exercício			

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Demonstrações do resultado abrangente

Em 31 de dezembro de 2020 e 2019

(Valores expressos em Reais)

	2020	2019
Superávit do exercício	1.902.330	956.618
Resultado abrangente total do exercício	1.902.330	956.618

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Demonstrações das mutações do patrimônio líquido (Valores expressos em Reais)

	Patrimônio social	Ajuste de Avaliação Patrimonial (AAP)	Superávits acumulado	Total do patrimônio líquido
Saldos em 31 de dezembro de 2018	20.866.532	30.339.105	1.089.798	52.295.435
Incorporação ao patrimônio social do superávit de 2018	1.089.798	-	(1.089.798)	-
Superávit do exercício	-	-	956.618	956.618
Saldos em 31 de dezembro de 2019	21.956.330	30.339.105	956.618	53.252.053
Incorporação ao patrimônio social do superávit de 2019	956.618	-	(956.618)	-
Superávit do exercício	-	-	1.902.330	1.902.330
Saldos em 31 de dezembro de 2020	22.912.948	30.339.105	1.902.330	55.154.383

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.



Claudio Gama

CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Demonstrações dos fluxos de caixa Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais)

	2020	2019
Superávit do exercício	1.902.330	956.618
Fluxo de caixa das atividades operacionais		
Ajustes para reconciliar o resultado do exercício com recursos provenientes de atividades operacionais:		
Provisão Estimada para Créditos de Liquidação Duvidosa (PECLD)	513.665	-
Depreciação e amortização de ativo imobilizado e intangível	1.068.551	936.781
Baixa líquida do imobilizado	694	(4.469)
Constituição/(reversão) de provisões contingências	240.113	(1.656.000)
	<u>3.725.353</u>	<u>232.930</u>
Aumento/(redução) nos ativos		
Contas a receber	(1.164.098)	175.252
Estoques	-	278
Depósitos judiciais	(10.171)	31.219
Outros ativos circulantes	(21.232)	54.090
	<u>(1.195.501)</u>	<u>260.839</u>
Aumento/(redução) nos passivos		
Fornecedores	(188.509)	(79.948)
Obrigações sociais e trabalhistas	(247.529)	292.688
Obrigações tributárias	(58.587)	(328.870)
Recebimentos antecipados	81.770	(257.202)
Outros passivos circulantes e não circulantes	(66.934)	305.225
	<u>(479.789)</u>	<u>(68.107)</u>
Caixa líquido gerado das atividades operacionais	<u>2.050.063</u>	<u>425.662</u>
Fluxo de caixa das atividades de investimentos		
Aquisições de investimentos	(1.000)	-
Aquisições de bens para o imobilizado e intangível	(508.978)	(1.819.051)
Caixa líquido das atividades de investimentos	<u>(509.978)</u>	<u>(1.819.051)</u>
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.540.085</u>	<u>(1.393.389)</u>
Caixa e equivalentes de caixa no início do exercício	2.018.196	3.411.585
Caixa e equivalentes de caixa no final do exercício	3.558.281	2.018.196
Aumento líquido/(redução) no caixa e equivalentes de caixa	<u>1.540.085</u>	<u>(1.393.389)</u>

As notas explicativas da Administração são parte integrante das demonstrações contábeis.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

1. Contexto operacional

O Jaraguá Country Club “Entidade” é uma associação de pessoas físicas sem fins econômicos, fundada em 1º de setembro de 1961, com a personalidade jurídica própria e prazo indeterminado de duração e número limitado de sócios. Por estar enquadrada como entidade sem fins lucrativos, é isenta de apuração e recolhimento do imposto de pessoas jurídicas.

Em 31 de dezembro de 2020 estavam registrados na contabilidade da Entidade 5.000 (cinco mil) cotas patrimoniais estatutárias, sendo 4.049 (quatro mil e quarenta e nove) cotas ativas e 951 (novecentas e cinquenta e um) cotas em estoque para eventuais negociações.

O Jaraguá Country Club tem por objetivo proporcionar lazer aos associados, através de atividades de caráter recreativo, social, desportivo, cívico e cultural, além de difundir e incentivar a prática de esportes amadores entre os associados.

Impactos da COVID-19 (Corona vírus) nos negócios na entidade


Em março de 2020, a Organização Mundial da Saúde (OMS) declarou que a expansão do novo Coronavírus (COVID-19) se trata de emergência de saúde global.

O surto desencadeou decisões significativas de governos e entidades do setor privado, que, somadas ao impacto potencial da pandemia, aumentaram o grau de incertezas para os agentes econômicos.

Para atender os protocolos de saúde e de segurança, o Jaraguá Country Club permaneceu com as atividades suspensas entre março e setembro de 2020. Durante este período e até o momento atual, visto que a pandemia ainda se encontra vigente, a Entidade vem trabalhando políticas e ações para proteger seus colaboradores, associados e parceiros.

Com o objetivo de equalizar as despesas, os contratos de prestadores de serviços foram temporariamente suspensos, a Entidade aderiu às medidas provisórias disponibilizadas pelo Governo Federal e parte dos funcionários foi orientada a permanecer em casa, especialmente os acima de 60 anos e os considerados como grupo de risco, bem como foram concedidas férias antecipadas e a utilização do banco de horas.

As ofertas de atividades para o sócio foram adequadas durante este período, com a disponibilização de aulas e oficinas on-line e diversas medidas e protocolos de combate e prevenção à COVID-19 foram implantadas na operação do Jaraguá Country Club como introdução de novas rotinas de limpeza, esterilização e sanitização física de mobiliários e instalações prediais.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O Jaraguá Country Club também aproveitou o momento que esteve fechado para realizar benfeitorias e adequações em sua estrutura para melhorar a experiência do sócio.

2. Bases e apresentação das demonstrações contábeis.

As demonstrações contábeis foram preparadas em conformidade com os pronunciamentos técnicos e as orientações e interpretações técnicas emitidas pelo Comitê de Pronunciamentos Contábeis (CPC), mais especificamente as Normas Brasileiras de Contabilidade - ITG 2002 (R1), específica para Entidades sem Finalidades de Lucros, combinadas com a NBC TG 1000 (R1) - Contabilidade para Pequenas e Médias Empresas (CPC PME), com exceção do registro do trabalho voluntário dos membros da Administração em função das dificuldades de apuração.

Aprovação da emissão das demonstrações contábeis

Essas demonstrações contábeis foram aprovadas e autorizadas para divulgação pela Diretoria em 23 de abril de 2021.

3. Sumário das principais práticas contábeis

As principais práticas contábeis adotadas na elaboração dessas demonstrações contábeis estão descritas a seguir:

3.1. Ativos financeiros

a. Classificação

No reconhecimento inicial, um ativo financeiro é classificado como mensurado ao: (i) custo amortizado; (ii) valor justo por meio de outros resultados abrangentes (“FVOCI”); ou (iii) valor justo por meio do resultado (“FVTPL”).

Um ativo financeiro é mensurado ao custo amortizado se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios com o objetivo de coletar fluxos de caixa contratuais; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, aos fluxos de caixa que são apenas pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

Um ativo financeiro é mensurado no FVOCI somente se satisfizer ambas as condições a seguir: (i) o ativo é mantido dentro de um modelo de negócios cujo objetivo é alcançado tanto pela coleta de fluxos de caixa contratuais como pela venda de ativos financeiros; e (ii) os termos contratuais do ativo financeiro dão origem, em datas específicas, a fluxos de caixa que representam pagamentos de principal e de juros sobre o valor principal em aberto.

Todos os outros ativos financeiros são classificados como mensurados ao valor justo por meio do resultado.

Adicionalmente, no reconhecimento inicial, a Entidade pode, irrevogavelmente, designar um ativo financeiro, que satisfaça os requisitos para ser mensurado ao custo amortizado, ao FVOCI ou mesmo ao FVTPL. Essa designação possui o objetivo de eliminar ou reduzir significativamente um possível descasamento contábil decorrente do resultado produzido pelo respectivo ativo.

b. Reconhecimento e mensuração

As compras e as vendas de ativos financeiros são reconhecidas na data da negociação. Os investimentos são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, acrescidos dos custos da transação para todos os ativos financeiros não classificados como ao valor justo reconhecido no resultado.

Os ativos financeiros ao valor justo reconhecidos no resultado são, inicialmente, reconhecidos pelo valor justo, e os custos da transação são debitados à demonstração do resultado no período em que ocorrerem.

O valor justo dos investimentos com cotação pública é baseado no preço atual de compra. Se o mercado de um ativo financeiro não estiver ativo, a Entidade estabelece o valor justo por meio de técnicas de avaliação. Essas técnicas incluem o uso de operações recentes contratadas com terceiros, a referência a outros instrumentos que são substancialmente similares, a análise de fluxos de caixa descontados e os modelos de precificação de opções, privilegiando informações de mercado e minimizando o uso de informações geradas pela Administração.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

c. Valor recuperável (*impairment*) de ativos financeiros - ativos mensurados ao custo amortizado

A Entidade avalia no final de cada período de relatório se há evidência objetiva de que um ativo financeiro ou grupo de ativos financeiros esteja deteriorado. Os critérios utilizados pela Entidade para determinar se há evidência objetiva de uma perda por *impairment* incluem: (i) dificuldade financeira significativa do emissor ou tomador; (ii) uma quebra de contrato, como inadimplência ou atraso nos pagamentos de juros ou de principal; (iii) probabilidade de o devedor declarar falência ou reorganização financeira; e (iv) extinção do mercado ativo daquele ativo financeiro em virtude de problemas financeiros.

d. Desreconhecimento de ativos financeiros

Um ativo financeiro (ou, quando for o caso, uma parte de um ativo financeiro ou parte de um grupo de ativos financeiros semelhantes) é baixado principalmente quando: (i) os direitos de receber fluxos de caixa do ativo expirarem; e (ii) a Entidade transferiu os seus direitos de receber fluxos de caixa do ativo ou assumiu uma obrigação de pagar integralmente os fluxos de caixa recebidos, sem demora significativa, a um terceiro por força de um acordo de “repasso”; e (a) a Entidade transferiu substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo; ou (b) a Entidade não transferiu e não reteve substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, mas transferiu o controle sobre esse ativo.

Quando a Entidade tiver transferido seus direitos de receber fluxos de caixa de um ativo, ou tiver executado um acordo de repasse e não tiver transferido ou retido substancialmente todos os riscos e benefícios relativos ao ativo, um ativo é reconhecido na extensão do envolvimento contínuo da Entidade com esse ativo.

3.2. Passivos financeiros

a. Reconhecimento e mensuração

Um passivo financeiro é classificado como mensurado pelo valor justo por meio do resultado caso seja definido como mantido para negociação ou designado como tal no momento do seu reconhecimento inicial. Os custos da transação são reconhecidos no resultado conforme incorridos. Esses passivos financeiros são mensurados pelo valor justo e eventuais mudanças no valor justo são reconhecidas no resultado do exercício.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

Os passivos financeiros da Entidade, que são inicialmente reconhecidos a valor justo, incluem contas a pagar a fornecedores e outras contas a pagar, empréstimos e financiamentos são acrescidos do custo da transação diretamente relacionado.

b. Mensuração subsequente

Após o reconhecimento inicial, empréstimos e financiamentos, fornecedores e contas a pagar são mensurados subsequentemente pelo custo amortizado, utilizando o método da taxa de juros efetivos.

c. Custos de empréstimos

Os custos de empréstimos atribuídos à aquisição, construção ou produção de um ativo que, necessariamente, demanda um período de tempo substancial para ficar pronto para seu uso ou venda pretendidos são capitalizados como parte do custo destes ativos. Custos de empréstimos (quando existentes) são juros e outros custos em que a Entidade incorre em conexão com a captação de recursos.

d. Desreconhecimento de passivos financeiros

Um passivo financeiro é baixado quando a obrigação for revogada, cancelada ou expirar. Quando um passivo financeiro existente for substituído por outro do mesmo mutuante com termos substancialmente diferentes, ou os termos de um passivo existente forem significativamente alterados, essa substituição ou alteração é tratada como baixa do passivo original e reconhecimento de um novo passivo, sendo a diferença nos correspondentes valores contábeis reconhecida na demonstração do resultado.

3.3. Conversão de moeda estrangeira

a. Moeda funcional e moeda de apresentação

Os itens incluídos nas demonstrações contábeis são mensurados usando a moeda do principal ambiente econômico no qual a Entidade atua ("moeda funcional"). As demonstrações contábeis estão apresentadas em reais, que é a moeda funcional da Entidade e, também, a sua moeda de apresentação.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

b. Operações e saldos

As operações com moedas estrangeiras (quando existentes) são convertidas em moeda funcional, utilizando as taxas de câmbio vigentes nas datas das transações. Os ganhos e as perdas cambiais resultantes da liquidação dessas transações e da conversão dos ativos e passivos monetários denominados em moeda estrangeira pelas taxas de câmbio do final do exercício são reconhecidos na demonstração do resultado, como receita ou despesa financeira.

3.4. Caixa e equivalentes de caixa

O caixa e equivalentes de caixa compreendem os saldos de caixa, depósitos bancários à vista e aplicações com prazo de resgate de até 90 dias da data da aplicação. As aplicações em instrumentos financeiros inclusive derivativos são registradas: (i) pelo seu valor de mercado ou valor equivalente, quando se tratar de aplicações destinadas à negociação ou disponíveis para a venda; (ii) pelo valor de custo de aquisição ou de emissão, atualizado conforme disposições legais ou contratuais, ajustado ao valor provável de realização, quando este for inferior, no caso de aplicações serem mantidas até o vencimento.

3.5. Contas a receber

As contas a receber são registradas e mantidas pelo valor nominal dos títulos representativos desses créditos, reduzidos da provisão para créditos de difícil liquidação, que é constituída a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 05 meses, quanto a: I) justificativa do condômino para o atraso; II) renegociação e/ou parcelamento do título; III) possibilidade efetiva de o recebimento concretizar-se; e IV) histórico do condômino. A provisão é constituída para os títulos cujo recebimento é possível ou remoto. Esses valores não são ajustados a valor presente por apresentarem vencimento de curto prazo e não resultarem em efeito relevante nas demonstrações contábeis.

3.6. Estoques

Registrados pelo menor valor entre o custo médio de aquisição e o valor líquido realizável e, quando aplicável, deduzido de provisão para ajustá-lo ao seu valor realizável quando este for inferior.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

3.6. Imobilizado

Os itens do imobilizado são demonstrados ao custo histórico de aquisição menos o valor da depreciação e de qualquer perda não recuperável acumulada. O custo histórico inclui os gastos diretamente atribuíveis necessários para preparar o ativo para o uso pretendido pela administração.

A Entidade inclui no valor contábil de um item do imobilizado o custo de peças de reposição somente quando for provável que este custo proporcionará futuros benefícios econômicos. O valor contábil das peças substituídas é baixado. Todos os outros reparos e manutenções são contabilizados como despesas do exercício, quando incorridos.

Os valores residuais, a vida útil às taxas informadas na Nota nº 7, e os métodos de depreciação dos ativos são revisados e ajustados, se necessário, quando existir uma indicação de mudança significativa desde a última data de balanço.

O valor contábil de um ativo é imediatamente baixado para seu valor recuperável se o valor contábil do ativo for maior que seu valor recuperável estimado.

3.7. Provisões para perdas por impairment em ativos não financeiros

Os ativos sujeitos à depreciação ou amortização são revisados anualmente para verificação do valor recuperável. Quando houver indício de perda do valor recuperável (impairment), o valor contábil do ativo (ou unidade geradora de caixa à qual o ativo tenha sido alocado) é testado. Uma perda é reconhecida pelo valor contábil do ativo quando exceda seu valor recuperável. Este último é o valor mais alto entre o valor justo de um ativo, menos as despesas de venda, e o valor em uso. Para fins de avaliação de perda, os ativos são agrupados nos níveis mais baixos para os quais existem fluxos de caixa identificáveis separadamente. Os ativos não financeiros que tenham sofrido redução, são revisados para identificar uma possível reversão da provisão para perdas por impairment na data do balanço.

3.8. Provisões e contingências ativas e passivas

As provisões ativas e passivas, conhecidas ou calculáveis, são acrescidas, quando aplicável, dos correspondentes encargos e das variações monetárias incorridos e quando o valor possa ser estimado com segurança.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O reconhecimento, a mensuração e a divulgação das contingências ativas e passivas e obrigações legais são efetuados de acordo com os seguintes critérios:

- **Ganhos contingentes:** não são reconhecidos contabilmente, exceto quando a Administração possui controle da situação ou quando há garantias reais ou decisões judiciais favoráveis, sobre as quais não cabem mais recursos, caracterizando o ganho como praticamente certo. Os ativos contingentes com probabilidade de êxito provável são apenas divulgados nas demonstrações contábeis;
- **Contingências passivas:** são provisionadas levando em conta a opinião dos assessores jurídicos, a natureza das ações, a similaridade com processos anteriores, a complexidade e o posicionamento de tribunais, sempre que a perda for avaliada como provável, o que ocasionaria uma provável saída de recursos para liquidação das obrigações e quando os montantes envolvidos forem mensuráveis com suficiente segurança. As contingências passivas classificadas como perdas possíveis não são provisionadas, sendo apenas divulgadas em notas explicativas às demonstrações contábeis, e as classificadas como perda remota não requerem provisão nem divulgação.

3.9. Reconhecimento da receita

A receita compreende o valor justo da contraprestação recebida ou a receber pela prestação de serviços no curso normal das atividades da Entidade.

A receita é reconhecida quando seu valor pode ser mensurado com segurança, é provável que benefícios econômicos futuros fluirão para a Entidade, quando critérios específicos tiverem sido atendidos conforme descrição a seguir:

a. Contribuições condominiais

As contribuições condominiais dos sócios são reconhecidas no mês da prestação do serviço. Os recursos são reconhecidos no mês de competência.

b. Recursos de serviços

A Entidade reconhece a receita de serviços quando: (i) o valor da receita pode ser mensurado de forma confiável; (ii) é provável que os benefícios econômicos associados com a transação fluirão para a entidade; (iii) o estágio de execução da transação ao final do período de referência pode ser mensurado de forma confiável e (iv) os custos incorridos para a transação e os custos para completar a transação podem ser mensurados de forma confiável.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

c. Receita financeira

A receita financeira é reconhecida usando o método da taxa de juros efetiva.

3.10. Apuração do superávit ou déficit

O superávit ou déficit do exercício é apurado pelo regime contábil da competência dos exercícios.

3.11. Isenção tributária

A Entidade possui isenção do pagamento de Imposto de Renda Pessoa Jurídica (IRPJ) e de Contribuição Social sobre o Lucro Líquido (CSLL), de acordo com Artigo 15 da Lei nº 9.532/97 por tratar-se de entidade sem fins lucrativos e estar devidamente regularizada nos órgãos normativos.

A Jaraguá Country Club não está imune em suas obrigações previdenciárias e não goza de qualquer benefício desta natureza; sendo que suas obrigações trabalhistas, tais como contribuições ao INSS e FGTS, são calculadas e pagas normalmente sobre os proventos da folha de pagamento, assim como o PIS, que também é calculado e pago sobre a folha de pagamentos dos funcionários.

3.12. Estimativas contábeis

Na elaboração das demonstrações contábeis é necessário utilizar o melhor julgamento possível para determinar, através de estimativas, critérios e valores para contabilizar certos ativos, passivos e outras transações.

As demonstrações contábeis da Entidade incluem, portanto, estimativas referentes à seleção das vidas úteis e avaliação de valores recuperáveis do ativo imobilizado, valores de mercado de estoques, avaliação de passivos contingentes e para a renúncia fiscal, provisões necessárias para redução de ativos e passivos aos valores de efetiva realização e outras similares. A liquidação de transações envolvendo estas estimativas poderá apresentar variações em relação aos valores estimados.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

4. Caixa e equivalentes de caixa

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2020	2019
Caixa	1.517	35.122
Bancos conta movimento	406.433	155.677
Aplicações financeiras	3.150.331	1.827.397
	<u>3.558.281</u>	<u>2.018.196</u>

As aplicações financeiras apresentam liquidez imediata, baixo risco e apresentam rentabilidade próxima a 100% da variação dos Certificados de Depósito Interbancário (CDI). A Entidade, seguindo suas políticas de aplicações de recursos, tem mantido suas aplicações financeiras em instituições financeiras nas quais a Administração entende que sejam de primeira linha no Brasil.

5. Contas a receber


A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2020	2019
Condomínios a receber	1.531.332	334.734
Atividades sociais e eventos	3.057	3.308
Esportes recreativos	6.674	9.487
Aluguel salão social 2020	-	13.972
Aluguel salão social 2021	6.720	-
Outros	18.142	40.326
	<u>1.565.925</u>	<u>401.827</u>
(-) Provisão Crédito Liquidação Duvidosa (PCLD)	(513.665)	-
	<u>(513.665)</u>	-
	<u>1.052.260</u>	<u>401.827</u>

Abertura por vencimento dos valores vencidos e a vencer:

	2020
A vencer (circulante)	582.315
Vencidos em até 30 dias	53.345
Vencidos de 31 a 120 dias	394.208
Vencidos de 121 a 180 dias	135.693
Vencidos após 180 dias	400.364
	<u>1.565.925</u>

(i) A Entidade registra a Provisão para Créditos de Liquidação Duvidosa (PCLD) a partir da análise de todos os títulos vencidos há mais de 05 meses.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

6. Outros ativos circulantes

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Adiantamentos a fornecedores	1.400	-
Adiantamento a funcionários - férias	10.419	7.046
Despesas antecipadas - Seguros	14.104	10.357
Impostos a recuperar	9.725	9.650
Outros	12.637	-
	<u>48.285</u>	<u>27.053</u>


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

7. Imobilizado

A movimentação do ativo imobilizado é demonstrada a seguir:

Descrição	Terreno	Edificações	Móveis e utensílios	Equipamentos e instalações	Veículos	Imobilizado em andamento		Total
Saldos em 31 de dezembro de 2018	36.970.124	14.276.923	655.779	1.090.168	75.319	186.348	53.254.661	
Aquisição	-	-	112.386	80.077	-	-	1.484.514	
Baixas	-	-	-	(4.469)	-	-	(316.208)	
Depreciação	-	(487.311)	(141.666)	(226.713)	(23.814)	-	(879.504)	
Transferência	-	836.595	-	181.550	-	-	(1.018.145)	
Saldos em 31 de dezembro de 2019	36.970.124	14.626.207	626.499	1.120.613	51.505	336.509	53.731.457	
Custo total	36.970.124	15.998.389	807.670	1.447.325	85.319	336.509	55.645.336	
Depreciação acumulada	-	(1.372.182)	(181.171)	(326.712)	(33.814)	-	(1.913.879)	
Valor contábil	36.970.124	14.626.207	626.499	1.120.613	51.505	336.509	53.731.457	
Aquisição	-	-	57.363,00	78.286	-	-	364.949	
Baixas	-	-	-	-	-	-	(694)	
Depreciação	-	(698.878)	(80.024)	(173.559)	(14.238)	-	(966.699)	
Transferência	-	385.196	-	-	-	-	(385.196)	
Saldos em 31 de dezembro de 2020	36.970.124	14.312.525	603.838	1.025.340	37.267	315.568	53.264.662	
Custo total	36.970.124	16.383.585	865.033	1.525.611	85.319	315.568	56.145.240	
Depreciação acumulada	-	(2.071.060)	(261.195)	(500.271)	(48.052)	-	(2.880.578)	
Valor contábil	36.970.124	14.312.525	603.838	1.025.340	37.267	315.568	53.264.662	
Taxa anual de depreciação:	-	4%	10%	10%	20%	-	-	


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

8. Intangível

A movimentação do intangível é demonstrada como segue:

	Taxas	2019	Adições	Baixas	2020
Marcas	-	1.373	-	-	1.373
Direito de uso de software	20%	119.939	8.380	-	128.319
Contratos de Concessão	20%	454.806	-	-	454.806
		<u>576.118</u>	<u>8.380</u>	<u>-</u>	<u>584.498</u>
Amortização acumulada		<u>(117.109)</u>	<u>(101.852)</u>	<u>-</u>	<u>(218.961)</u>
		<u>459.009</u>	<u>(93.472)</u>	<u>-</u>	<u>365.537</u>

9. Obrigações sociais e trabalhistas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2020	2019
Provisão de férias e encargos sociais	476.843	692.266
INSS a recolher	141.768	163.370
FGTS a recolher	45.324	55.828
	<u>663.935</u>	<u>911.464</u>

10. Obrigações tributárias

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2020	2019
PIS a recolher	7.281	8.983
COFINS a recolher	288	3.434
IRRF sobre assalariados a recolher	8.810	12.505
ISSQN	4.653	6.525
Outras obrigações	40.218	47.602
REFIS - Programa de Recuperação Fiscal (a)	<u>1.148.431</u>	<u>1.189.219</u>
	<u>1.209.681</u>	<u>1.268.268</u>
Circulante	111.250	98.926
Não circulante	1.098.431	1.169.342

(a) O Jaraguá Country Club aderiu ao Parcelamento Especial - Refis, com utilização de débitos perante o INSS, conforme consolidação junto à Receita Federal do Brasil em 27 de abril de 2000.


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

11. Outros passivos circulantes e não circulantes

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2020	2019
Área da INFRAERO - Contrato de concessão (i)	196.278	221.587
Receitas antecipadas de condomínios	42.162	83.787
	<u>238.440</u>	<u>305.374</u>
Passivo circulante	96.937	83.787
Passivo não circulante	141.503	221.587

(i) Refere-se a parcela a liquidada de longo prazo proveniente do Contrato nº 01.2019.005.0012 assinado entre as partes para usufruto do estacionamento para veículos de associados.

12. Recebimentos antecipados

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2020	2019
Receitas - Aluguel salão social - 2020	148.590	81.220
Receitas - Aluguel salão social - 2021	23.040	8.640
	<u>171.630</u>	<u>89.860</u>

Refere-se a recebimentos antecipados das anuidades de 2020, deduzidos os descontos concedidos e aluguel do salão para eventos, cujos fatos geradores ocorrerão em 2021, quando serão reconhecidos como receita corrente nos respectivos exercícios financeiros.

13. Provisão para contingências

As provisões para contingências da Entidade foram constituídas para fazer face às perdas prováveis e possíveis em processos judiciais relacionados a questões trabalhistas e cíveis, em valores julgados suficientes pela administração, segundo o aconselhamento e avaliação de advogados e assessores jurídicos. Os saldos provisionados em 31 de dezembro de 2020 e de 2019 estão descritas a seguir:

	2020	2019
Cível	516.511	89.288
Trabalhista	159.760	346.870
	<u>676.271</u>	<u>436.158</u>


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

14. Patrimônio líquido

a. Patrimônio social

De acordo com as normas contábeis aplicáveis à Entidade, os seus superávits ou déficits são incorporados ao patrimonial social anualmente, na aprovação das demonstrações contábeis, em Assembleia de Condôminos.

Conforme Estatuto, a Entidade não distribui resultados, dividendos, bonificações ou parcela do seu patrimônio, sob nenhuma forma ou pretexto e não remunera nem concede vantagens ou benefícios por qualquer forma ou títulos aos associados, diretores eleitos, conselheiros, instituidores, benfeitores ou equivalentes, direta ou indiretamente, em razão das competências, funções ou atividades que lhes sejam atribuídas pelos respectivos atos constitutivos.

O patrimônio social da Entidade é de R\$ 22.912.848 (R\$ 21.956.330 em 2019), e representa o montante inicial aportado para início das atividades do Jaraguá Country Club, aumentado ou reduzido anualmente em função do superávit ou déficit apurado.


b. Superávits acumulados

Os resultados dos períodos são mantidos na rubrica “Superávits acumulados”, enquanto não aprovados em Assembleia de Condôminos, sendo transferidos para a conta de “Patrimônio social” após a sua aprovação.

15. Despesas com pessoal

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	<u>2020</u>	<u>2019</u>
Ordenados e salários	(3.721.856)	(5.108.048)
INSS	(1.183.949)	(1.571.156)
Alimentação	(426.117)	(732.238)
FGTS	(348.408)	(469.680)
Vale transporte	(377.020)	(776.735)
Férias	(363.868)	(139.237)
Outros	(1.589.672)	(1.798.063)
	<u>(8.010.890)</u>	<u>(10.595.157)</u>



20/08

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

16. Despesas administrativas

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2020	2019
Despesa com energia elétrica	(425.873)	(673.925)
Material de higiene	(103.996)	(174.839)
Material de limpeza de piscina	(81.274)	(167.808)
Impressos de materiais	(66.561)	(98.087)
Indenizações processuais	(56.660)	(101.027)
Recuperação de cotas	(114.345)	(265.616)
Outros	(1.486.574)	(965.513)
	<u>(2.335.283)</u>	<u>(2.446.815)</u>

17. Despesas atividade recreativas

A composição dos saldos é apresentada como se segue:

	2020	2019
Festa junina	(165.000)	(437.079)
Sauna	(71.054)	(252.497)
Baile de Réveillon	(25.060)	(173.370)
Campeonato CIFU	(7.195)	(153.641)
Outros	(349.034)	(1.411.670)
	<u>(617.343)</u>	<u>(2.428.257)</u>

18. Outras receitas/despesas operacionais

Os saldos estão assim demonstrados nas datas dos balanços:

	2020	2019
Uniformes	6.245	9.035
Venda de ativo imobilizado	-	12.000
Venda de material esportivo	3.057	8.455
Recebimento de seguro	-	232.424
Outros	1.586	10.300
	<u>10.888</u>	<u>272.214</u>


Claudio Gama
CPF: 514.240.106-91

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis
Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019
(Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

19. Instrumentos financeiros

Os instrumentos financeiros da Entidade encontram-se registrados em contas patrimoniais em 31 de dezembro de 2020, e a Administração desses instrumentos são efetuadas através de estratégias operacionais, visando liquidez, rentabilidade e segurança. A política de controle consiste em acompanhamento permanente das taxas contratadas versus as vigentes no mercado.

Os valores de mercado dos ativos e passivos financeiros não divergem significativamente dos valores contábeis dos mesmos, na extensão em que foram pactuados e encontram-se registrados por taxas e condições praticadas no mercado para operações de natureza, risco e prazo similares.

Gerenciamento de riscos

As operações da Entidade estão sujeitas aos fatores de riscos descritos a seguir:

Risco de crédito

A política de vendas de serviços da Entidade está subordinada às políticas de crédito fixadas por sua Administração e visa minimizar eventuais problemas decorrentes da inadimplência dos condôminos.

A provisão para redução ao valor de realização de créditos a receber (quando aplicável) é realizada por meio da análise individual, sendo esta levada à análise do departamento de cobrança. Somente os contas a receber com baixa probabilidade de recebimento são provisionados.

A Entidade efetua as aplicações financeiras em instituições que apresentam solidez financeira no mercado, reduzindo o risco de perda.

Risco de liquidez

A Administração da Entidade gerencia os riscos de liquidez visando assegurar o cumprimento das obrigações associadas a passivos financeiros, seja por liquidação em dinheiro ou com outros ativos financeiros, mantendo, sempre que possível, o planejamento para atender a estas obrigações em condições normais de mercado ou em condições específicas, conforme o grau de risco.

Riscos operacionais, de estrutura de capital (ou risco financeiro)

Os riscos operacionais são os riscos diretos e indiretos de perdas decorrentes de uma variedade de causas associadas aos processos da Entidade, assim como aos colaboradores, tecnologia e infraestrutura, além de fatores externos de mercado e de liquidez, como os decorrentes de ações legais e requerimentos regulatórios.

JARAGUÁ COUNTRY CLUB

Notas explicativas da Administração às demonstrações contábeis Exercícios findos em 31 de dezembro de 2020 e 2019 (Valores expressos em Reais, exceto quando indicado de outra forma)

O objetivo da Entidade é gerenciar os riscos operacionais, assim como evitar as perdas financeiras e danos à reputação do Jaraguá Country Club, mediante procedimentos e políticas alinhados com as atividades e negócios da Entidade.

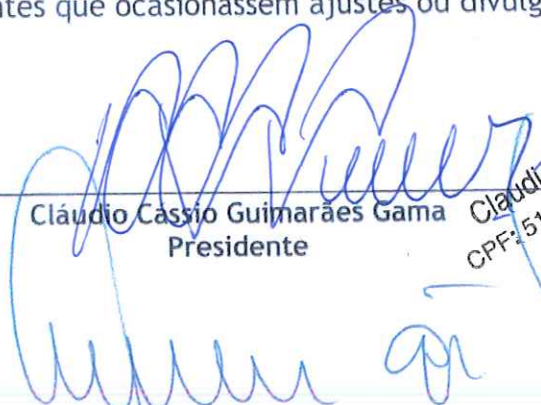
A responsabilidade de desenvolver, implementar e monitorar controles para endereçar os riscos operacionais é da alta Administração da Entidade, sobretudo quanto a revisões periódicas desses controles e das políticas internas, a fim de garantir as implementações e funcionamento adequados.

20. Seguros

A Entidade adota a política de contratar cobertura de seguros para os bens sujeitos a riscos por montantes que a Administração considera suficientes para cobrir eventuais sinistros, considerando a natureza de sua atividade. As premissas de riscos adotadas, não fazem parte do escopo de uma auditoria de demonstrações contábeis, conseqüentemente não foram examinadas pelos nossos auditores independentes.

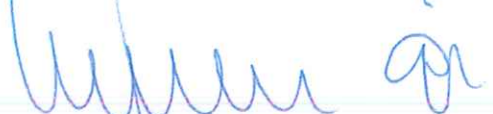
21. Eventos subsequentes

De acordo com o disposto no Pronunciamento Técnico CPC 24, não houve eventos subsequentes relevantes que ocasionassem ajustes ou divulgações especiais.




Cláudio Cassio Guimarães Gama
Presidente

Cláudio Gama
CPF: 514.240.106-91



Wendel Rios
Vice-Presidente



Poliana Costa Novato
Contadora - CRC/MG - 117.732 O-1